

TEKA - TECELAGEM KUEHNRIICH S.A. – “em Recuperação Judicial”

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E
CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Em milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS

A TEKA - Tecelagem Kuehnrich S.A têm como atividade principal a indústria têxtil. Possui sua produção verticalizada, sendo conhecida mundialmente como produtora de artigos de cama, mesa e banho. Tem sede em Blumenau (SC) e unidades fabris em Indaial (SC) e Artur Nogueira (SP) e controladas em Buenos Aires (Argentina), Assunção (Paraguai), Munique (Alemanha) e Viena (Áustria).

A TEKA - Tecelagem Kuehnrich S.A. é uma companhia aberta e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 82.636.986/0001-55 e NIRE – Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 42300005649. Está sediada na cidade de Blumenau (SC), Rua Paulo Kuehnrich, nº 68, Itoupava Norte, CEP 89.052-900.

A Companhia ajuizou ação de recuperação judicial na data de 26/10/2012, tendo o feito sido distribuído à 2ª Vara Cível de Blumenau – SC, onde recebeu o nº 008.12.023674-2. A ação foi ajuizada em litisconsórcio facultativo ativo com as sociedades Teka Têxtil S/A, FB Indústria e Comércio Têxtil Ltda., Cerro Azul Participações e Administração Ltda. e Teka Investimentos Ltda.

No dia 02 de outubro de 2013, ocorreu a AGC – Assembleia Geral de Credores sendo APROVADO o Plano de Recuperação Judicial.

O Plano de Recuperação Judicial aprovado pela Assembleia Geral de Credores em 02/10/2013 foi HOMOLOGADO pelo Sr Juiz da 2ª Vara Cível da Comarca de Blumenau, Osmar Tomazoni, em 30/10/2013.

A conclusão destas demonstrações financeiras consolidadas e individuais foi aprovada pelo Conselho de Administração em 27 de fevereiro de 2014.

NOTA 2 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, compreendem:

a) Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil,

com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários. As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente, dessa forma, não são consideradas como estando conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo custo ou valor justo.

b) Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Nas Informações Trimestrais individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas Informações Trimestrais individuais quanto nas Informações Trimestrais consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso da Companhia as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas Informações Trimestrais individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações contábeis separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto pelo IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1 Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da TEKA - Tecelagem Kuehnrich S.A. e suas controladas apresentadas abaixo:

		Participação (%)			
		31/12/13		31/12/12	
	País	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Teka Têxtil S.A.	Brasil		99,99%		99,99%
Tecelagem Kuehnrich	Argentina	90,00%	-	90,00%	-
Cerro Azul Part.e Adm. Ltda	Brasil	99,99%	-	99,99%	-
Teka Paraguay	Paraguai	99,00%	-	99,00%	-
Teka Europolager	Alemanha	100,00%	-	100,00%	-
Teka Investimentos Ltda	Brasil	-	99,99%	-	99,99%
Teka Fiação Ltda	Brasil	-	99,99%	-	99,99%
Salerna Holding Gmbh	Áustria	100,00%	-	100,00%	-

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, dos quais destacamos os seguintes:

- Inclusão nestas demonstrações financeiras consolidadas, das sociedades controladas nas quais a controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores;
- Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação;
- Eliminação dos investimentos nas sociedades controladas na proporção dos seus respectivos patrimônios;
- Eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as sociedades incluídas na consolidação;
- Reconhecimento de prejuízos de empresas controladas atribuíveis a controladora que excedam o valor da participação até o limite do valor do investimento, exceto quando a controladora tem a obrigação ou intenção de cobrir estes prejuízos;
- Destaque da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no lucro do exercício respectivamente, no balanço patrimonial e na demonstração do resultado do exercício; e,
- Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes.

3.2 Informações por Segmento

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório fornecido para o principal tomador de decisões operacionais, que é a Diretoria, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, e pela tomada de decisões estratégicas.

3.3 Classificação de Itens Circulantes e Não-Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.4 Compensação entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

3.5 Transações em Moeda Estrangeira

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Reais (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados nesta mesma moeda.

a) Transações em moeda estrangeira

Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.

b) Conversão das demonstrações financeiras de controladas no exterior

Os ativos e passivos de controladas no exterior são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento das demonstrações contábeis e as correspondentes demonstrações de resultado são convertidas pela taxa de câmbio média do período. As diferenças cambiais resultantes das referidas conversões são contabilizadas diretamente no Patrimônio Líquido na rubrica de Ajuste de Avaliação Patrimonial, até a venda desse investimento, quando os saldos serão registrados na demonstração do resultado do exercício.

3.6 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da empresa, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos.

3.7 Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem “contas a receber de clientes e demais contas a receber” e “caixa e equivalentes de caixa”.

Reconhecimento e mensuração:

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado (impairment).

3.8 Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para devedores duvidosos, a qual é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. Normalmente na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente quando relevante e ajustado pela provisão para impairment se necessária.

3.9 Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão-de-obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

3.10 Investimentos

a) Investimentos em sociedades controladas

Nas demonstrações financeiras da controladora, os investimentos permanentes em sociedades controladas, são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

b) Outros investimentos

Os demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição, reduzidos ao seu valor recuperável quando aplicável.

3.11 Imobilizado

Conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC 10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela Deliberação CVM nº 619/09, a empresa concluiu as análises periódicas com o objetivo de revisar e ajustar a vida útil econômica estimada para o cálculo de depreciação. Para fins dessa análise, a empresa se baseou na expectativa de utilização dos bens, e a estimativa referente à vida útil dos ativos, bem como, a estimativa do seu valor residual, conforme experiências anteriores com ativos semelhantes, concomitantemente apurou o valor justo desses ativos para a determinação do custo atribuído.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

3.12 Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. Ativos com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

a) Direitos de Uso e Licenças de Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros.

3.13 Impairment de Ativos Não-Financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido Impairment, são revisados para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação das demonstrações financeiras.

3.14 Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

3.15 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

3.16 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.17 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua e gera lucro real e lucro presumido. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los.

3.18 Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.19 Reconhecimento das Receitas de Vendas

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como, após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

A empresa reconhece a receita quando:

- (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e
- (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

3.20 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- a) créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) impairment dos ativos imobilizados e intangíveis;
- d) expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do impostos de renda e da contribuição social.
- e) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da empresa;
- f) Constituição de provisão para perdas nos estoques; e
- g) As taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos.

NOTA 4 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22 – Informações por Segmento, aprovado pela Deliberação CVM 582/09. A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base no modelo de organização e gestão aprovadas pelo Conselho de Administração, contendo as seguintes áreas:

Em 31 de dezembro de 2013	Tecelagem	Fiação	Corporativo	Total
Receita Operacional Líquida	114.528	7.080	375	121.983
Receita entre Segmentos	(309)	(7.080)	-	(7.389)
Receita de Clientes Externos	114.219	-	375	114.594
Depreciação e Amortização	(5.107)	(857)	(1.943)	(7.907)
Receitas Financeiras	21.936	33	60	22.029
Despesas Financeiras	(118.460)	(2.930)	(78)	(121.468)
Provisão IRPJ e CSLL	(2.065)	(515)	(342)	(2.922)
Resultado Líquido do Período	(145.297)	(6.051)	(3.525)	(154.873)
Ativo Total	739.149	23.436	69.531	832.116
O Ativo Inclui:				
Investimentos em Coligadas				-
Adições ao Imobilizado e Intangível	533	-	-	533
Passivo Total	739.149	23.436	69.531	832.116

Em 31 de dezembro de 2012	Tecelagem	Fiação	Corporativo	Total
Receita Operacional Líquida	186.148	9.046	741	195.935
Receita entre Segmentos	(643)	(9.046)	(7)	(9.696)
Receita de Clientes Externos	185.505	-	734	186.239
Depreciação e Amortização	(5.395)	(859)	(1.946)	(8.200)
Receitas Financeiras	10.210	26	-	10.236
Despesas Financeiras	(173.736)	(7.194)	(5)	(180.935)
Provisão IRPJ e CSLL	(13.996)	(1.021)	(700)	(15.717)
Lucro Líquido do Período	117.178	(12.752)	(2.768)	101.658
Ativo Total	733.219	27.757	76.503	837.479
O Ativo Inclui:				
Investimentos em Coligadas				-
Adições ao Imobilizado e Intangível	1.505	1.319	-	2.824
Passivo Total	733.219	27.757	76.503	837.479

NOTA 5 - GERENCIAMENTO DE RISCOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações da Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado, principalmente com relação à variação da taxa de câmbio, riscos de crédito e de variações nos preços de insumos.

A Administração desses riscos é efetuada por intermédio de instrumentos financeiros e estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas. Esses instrumentos financeiros, representados principalmente por disponibilidades bancárias, aplicações financeiras, contas a receber, fornecedores, empréstimos, debêntures e contas a pagar, não possuem valor de mercado diferente daqueles apresentados pelos saldos contábeis no balanço patrimonial e foram atualizados de acordo com os contratos inerentes às respectivas transações e práticas contábeis vigentes.

As operações da Companhia e suas controladas estão sujeitas aos fatores de risco demonstrados a seguir:

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes. Para mitigar esse risco, as políticas de vendas da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e a diversificação das vendas (pulverização do risco).

b) Risco de preço

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo de produção, principalmente dos fios de algodão. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia gerencia os estoques pela formação de estoques reguladores desta matéria-prima.

c) Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia são suscetíveis a sofrer variações, pois as suas contas a pagar e a receber são afetadas pela volatilidade da taxa de câmbio, principalmente do dólar americano.

d) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos.

A fim de apresentar os riscos que podem gerar prejuízos significativos para a empresa, conforme determinado pela CVM, por meio das Instruções nºs 475 e 550/08 apresentamos a seguir, demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio (risco de alta do dólar).

Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade da Exposição Cambial

	31/12/13	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Ativos				
Clientes no Mercado Externo	2.217	2.272	2.461	2.651
	2.217	2.272	2.461	2.651
Passivos				
Dívida Bancária	-	-	-	-
Fornecedores do Mercado Externo	3.280	3.361	3.641	3.921
	3.280	3.361	3.641	3.921
Exposição Líquida - R\$ Mil	1.063	1.089	1.180	1.270
Exposição Líquida - US\$ Mil	454	454	454	454
Taxa Dólar	2,34	2,40	2,60	2,80

A variação de 1 ponto percentual nas taxas de juros resultaria no aumento das despesas financeiras no montante aproximado de:

Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade da Variação nas Taxas de Juros

Descrição	31/12/13	Cenário I	Risco
Passivos			
Dívida Bancária por Taxa:			
CDI	6.671	67	Alta CDI
TR	8.052	81	Alta TR
TJLP	85.179	852	Alta TJLP
INPC	70.278	703	Alta INPC
Outros	115.173	1.152	
	<u>285.353</u>	<u>2.854</u>	

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

NOTA 6 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Os tipos e classificação dos instrumentos financeiros da empresa, em 31/12/2013 e 31/12/2012, são apresentados a seguir:

Controladora			
Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2013 conforme balanço patrimonial	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado		Total
	Empréstimos e Recebíveis		
Caixa e equivalentes	1.968		1.968
Aplicações financeiras			
Contas a receber	30.984		30.984
Total	32.952		32.952

Controladora			
Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2013 conforme balanço patrimonial	Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		Total
	Outros passivos financeiros		
Fornecedores	206.391		206.391
Empréstimos e Financ.	285.353		285.353
Total	491.744		491.744

Controladora			
Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2012 conforme balanço patrimonial	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado		Total
	Empréstimos e Recebíveis		
Caixa e equivalentes	1.585		1.585
Aplicações financeiras			
Contas a receber	28.299		28.299
Total	29.884		29.884

Controladora			
Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2012 conforme balanço patrimonial	Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		Total
	Outros passivos financeiros		
Fornecedores	173.237		173.237
Empréstimos e Financ.	246.159		246.159
Total	419.396		419.396

Consolidado				Consolidado			
Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2013 conforme balanço patrimonial	Mensurados pelo valor justo por meio do resultado			Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2013 conforme balanço patrimonial	Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
	Empréstimos e Recebíveis	Total	Outros passivos financeiros		Total		
Caixa e equivalentes	2.199	2.199	Fornecedores	207.730	207.730		
Aplicações financeiras			Empréstimos e Financ.	285.357	285.357		
Contas a receber	31.052	31.052	Arrend. Financeiros				
Total	33.251	33.251	Total	493.087	493.087		

Consolidado				Consolidado			
Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2012 conforme balanço patrimonial	Mensurados pelo valor justo por meio do resultado			Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2012 conforme balanço patrimonial	Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
	Empréstimos e Recebíveis	Total	Outros passivos financeiros		Total		
Caixa e equivalentes	2.116	2.116	Fornecedores	174.344	174.344		
Aplicações financeiras			Empréstimos e Financ.	249.272	249.272		
Contas a receber	28.412	28.412	Arrend. Financeiros				
Total	30.528	30.528	Total	423.616	423.616		

NOTA 7 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Caixa	10	9	10	9
Bancos Conta Movimento	754	1.576	985	2.107
Aplicações Financeiras	1.204	0	1.204	0
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.968	1.585	2.199	2.116

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em certificados de Depósito Bancário e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações.

NOTA 8 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E DEMAIS CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Contas a Receber de Clientes MI	37.658	31.862	37.713	31.963
(-) Ajuste a Valor Presente	-	-	-	-
Contas a Receber de Clientes ME	2.217	3.448	2.233	3.461
Impairment (Provisão para Perdas)	(8.891)	(7.011)	(8.894)	(7.012)
Contas a Receber de Clientes	30.984	28.299	31.052	28.412
Outras Contas a Receber	9.783	9.535	10.499	10.051
Parcela Circulante	40.767	37.834	41.551	38.463
Depósitos Judiciais	21.469	19.644	22.008	20.127
Mutuos Empresas Ligadas	22	8	-	-
Outras Contas a Receber	4.498	4.498	4.498	4.498
Parcela Não Circulante	25.989	24.150	26.506	24.625
Total a Receber de Clientes	30.984	28.299	31.052	28.412
Total das Demais Contas a Receber	35.772	33.685	37.005	34.676
Total Geral	66.756	61.984	68.057	63.088

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Aging List Contas a Receber de Clientes				
Vencidos	3.175	6.058	3.234	6.084
A vencer em até 3 meses	23.217	20.500	23.226	20.587
A vencer entre 3 e 6 meses	4.583	1.741	4.583	1.741
A vencer de 6 meses a 1 ano	9	-	9	-
Contas a Receber de Clientes	30.984	28.299	31.052	28.412

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Contas a Receber por Tipo de Moeda				
Reais	28.767	24.851	28.819	24.950
US\$	2.217	3.448	2.217	3.448
Euros	-	-	16	14
Contas a Receber de Clientes	30.984	28.299	31.052	28.412

NOTA 9 - ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Produtos Acabados	3.723	5.357	3.723	5.360
Impairment de produtos acabados	(703)	(852)	(703)	(852)
Produtos em Elaboração	7.211	4.155	7.211	4.155
Matérias Primas e Insumos	1.874	1.431	1.874	1.431
Outros Estoques	865	1.640	865	1.649
Total dos Estoques	12.970	11.731	12.970	11.743

Até 31/12/2013, R\$ 36 foram registrados no resultado como perda de itens obsoletos ou danificados (R\$ 7 até 31/12/2012), e R\$ 185 como reversão do ajuste a valor de mercado (R\$ 1.078 como reversão do ajuste a valor de mercado até 31/12/2012).

NOTA 10 - IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
ICMS	156	369	288	492
Imposto de Renda	30	25	30	25
IPI	412	557	415	559
IRPJ/CSLL	436.046	426.063	436.046	426.063
PIS/COFINS	-	-	-	-
Outros	-	-	262	260
Parcela Circulante	436.644	427.014	437.041	427.399
ICMS	121	151	495	648
Imposto de Renda	9.405	9.216	9.405	9.216
PIS/COFINS	1.928	1.884	1.928	1.884
INCRA	6.300	5.836	6.300	5.836
Outros	4.748	4.748	4.748	4.748
Parcela não Circulante	22.502	21.835	22.876	22.332

Em 08 de dezembro de 2005, a Companhia ingressou com Ação Declaratória contra a União Federal (Fazenda Nacional), processo 2005.34.00.036880-5, nova numeração 0036337-32.2005.4.01.3400, objetivando afastar a limitação imposta à compensação dos saldos negativos de imposto de renda das pessoas jurídicas e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido com tributos da mesma espécie, possibilitando a compensação com outros tributos arrecadados pela Receita Federal do Brasil. Por este pleito, em 13 de novembro de 2011 a Companhia obteve sentença com trânsito em julgado.

NOTA 11 – INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES CONTROLADAS

Em 31 de dezembro de 2012	74.534
Equivalência patrimonial:	
<i>Participação nos resultados</i>	(9.574)
<i>Participação no Patrimônio</i>	
<i>Ganhos ou perdas de capital</i>	(2.928)
Aquisição de Investimentos	
Ajustes Acumulados de Conversão	466
Dividendos recebidos	
Em 31 de dezembro 2013	62.498

Nome	País	Ativos	Passivos	Patrimônio	Receita Bruta	Resultado	Participação
				Líquido			
Em 31 de dezembro de 2012							
Teka Têxtil S.A.	Brasil	75.248	28.674	46.574	-	(2.706)	99,9999%
Tecelagem Kuehnrich	Argentina	31	4	27	-	(1)	90,0000%
Cerro Azul Part. E Adm. Ltda.	Brasil	76.872	52.136	24.736	10.367	(12.781)	99,9999%
Teka Paraguay	Paraguai	3.174	-	3.174	8	(230)	99,0000%
Salerna Holding	Áustria	64	6	58	-	(12)	100,0000%
		155.389	80.820	74.569	10.375	(15.730)	
Em 31 de dezembro de 2013							
Teka Têxtil S.A.	Brasil	68.443	27.513	40.930	-	(2.725)	99,9999%
Tecelagem Kuehnrich	Argentina	28	16	12	-	(1)	90,0000%
Cerro Azul Part. E Adm. Ltda.	Brasil	72.536	54.562	17.974	490	(6.762)	99,9999%
Teka Paraguay	Paraguai	3.566	13	3.553	-	(84)	99,0000%
Salerna Holding	Áustria	72	7	65	-	(3)	100,0000%
		144.645	82.111	62.534	490	(9.575)	

NOTA 12 – IMOBILIZADO

Controladora	Edificações		Maquinas e Equip.	Ferramentas e Utensílios	Equip Proc Dados	Móveis e Utensílios		Imobiliz. Andam.		Total
	Terrenos	e Instalações				Veículos	Outros			
Taxas de Depreciação		2%	10%			10%	20%	20%		
Em 31 de dezembro de 2011										
Custo	28.662	84.931	184.994	12.780	4.234	2.640	961	42	2.022	321.266
Dep. Acum. e Impairment		(20.060)	(87.656)	(11.840)	(3.898)	(2.349)	(533)	(14)		(126.350)
Valor líquido contábil	28.662	64.871	97.338	940	336	291	428	28	2.022	194.916
Saldo Inicial	28.662	64.871	97.338	940	336	291	428	28	2.022	194.916
Adições			72	60	37	6			814	989
Transferências			(17)	17	34	(34)				
Baixas			(15)	(11)	(156)	(47)			(1.441)	(1.670)
Impairment			(4.130)							(4.130)
Depreciação		(1.830)	(3.258)	(97)	(88)	(13)	(40)			(5.326)
Baixas da Depreciação			8	11	155	44				218
Saldo Final	28.662	63.041	89.998	920	318	247	388	28	1.395	184.997
Em 31 de dezembro de 2012										
Custo	28.662	84.931	185.034	12.846	4.149	2.565	961	42	1.395	320.585
Dep. Acum. e Impairment		(21.890)	(95.036)	(11.926)	(3.831)	(2.318)	(573)	(14)		(135.588)
Valor líquido contábil	28.662	63.041	89.998	920	318	247	388	28	1.395	184.997

Saldo Inicial	28.662	63.041	89.998	920	318	247	388	28	1.395	184.997
Adições			73	14					194	281
Transferências		28	755		43	(43)			(783)	-
Baixas										
Impairment			(4.805)							(4.805)
Depreciação		(1.743)	(3.173)	(83)	(66)	(7)	(35)			(5.107)
Baixas da Depreciação										
Saldo Final	28.662	61.326	82.848	851	295	197	353	28	806	175.366

Em 31 de dezembro de 2013

Custo	28.662	84.959	185.862	12.860	4.192	2.522	961	42	806	320.866
Dep. Acum. e Impairment		(23.633)	(103.014)	(12.009)	(3.897)	(2.325)	(608)	(14)		(145.500)
Valor líquido contábil	28.662	61.326	82.848	851	295	197	353	28	806	175.366

O montante de R\$ 5.005 (R\$ 5.195 em 2012) referente à despesa de depreciação foi debitado ao resultado na rubrica de "custo dos produtos vendidos", o montante de R\$ 50 (R\$ 66 em 2012) como "despesas com vendas" e o montante de R\$ 52 (R\$ 65 em 2012) como "despesas administrativas".

Consolidado	Edificações		Maquinas	Ferramentas	Equip Proc	Móveis e		Imobiliz.		Total
	Terrenos	e Instalações	e Equip.	e Utensílios	Dados	Utensílios	Veículos	Outros	Andam.	
Taxas de Depreciação		2%	10%			10%		20%	20%	
Em 31 de dezembro de 2011										
Custo	46.773	133.884	295.875	13.509	4.269	2.715	961	42	3.675	501.703
Dep. Acum. e Impairment		(33.156)	(151.068)	(12.473)	(3.918)	(2.379)	(533)	(14)		(203.541)
Valor líquido contábil	46.773	100.728	144.807	1.036	351	336	428	28	3.675	298.162
Saldo Inicial	46.773	100.728	144.807	1.036	351	336	428	28	3.675	298.162
Adições			78	82	37	6			2.105	2.308
Transferências			(17)	17	34	(34)				
Baixas			(45)	(11)	(156)	(57)			(1.439)	(1.708)
Impairment			(4.130)							(4.130)
Depreciação		(2.910)	(4.963)	(106)	(92)	(20)	(40)			(8.131)
Baixas da Depreciação			8	11	155	44				218
Saldo Final	46.773	97.818	135.738	1.029	329	275	388	28	4.341	286.719
Em 31 de dezembro de 2012										
Custo	46.773	133.884	295.891	13.597	4.184	2.630	961	42	4.341	502.303
Dep. Acum. e Impairment		(36.066)	(160.153)	(12.568)	(3.855)	(2.355)	(573)	(14)		(215.584)
Valor líquido contábil	46.773	97.818	135.738	1.029	329	275	388	28	4.341	286.719

Saldo Inicial	46.773	97.818	135.738	1.029	329	275	388	28	4.341	286.719
Adições			73	14					194	281
Reavaliação										
Transferências		28	2.583		43	(43)			(2.611)	
Baixas	(49)	(21)							(170)	(240)
Transf. Mant. p/ Venda										
Impairment			(12.862)							(12.862)
Depreciação		(2.823)	(4.876)	(93)	(66)	(14)	(35)			(7.907)
Baixas da Depreciação		8								8
Saldo Final	46.724	95.010	120.656	950	306	218	353	28	1.754	265.999

Em 31 de dezembro de 2013										
Custo	46.724	133.891	298.547	13.611	4.227	2.587	961	42	1.754	502.344
Dep. Acum. e Impairment		(38.881)	(177.891)	(12.661)	(3.921)	(2.369)	(608)	(14)		(236.345)
Valor líquido contábil	46.724	95.010	120.656	950	306	218	353	28	1.754	265.999

Os empréstimos bancários estão garantidos por terrenos, edificações e máquinas no valor de R\$ 262 milhões (R\$ 280 milhões em 2012), vide Nota 16.

NOTA 13 - INTANGÍVEL

Controladora	Direito e	Implantação		Total
	Uso	Softwares	ERP	
Vida Útil Estimada (anos)	5	5	5	
Em 31 de dezembro de 2011				
Custo	682	373	6.541	7.596
Amortização Acumulada	(675)	(332)	(6.453)	(7.460)
Valor líquido contábil	7	41	88	136
Saldo Inicial	7	41	88	136
Adições	22		516	538
Amortização	(11)	(24)	(34)	(69)
Saldo Final	18	17	570	605
Em 31 de dezembro de 2012				
Custo	704	373	7.057	8.134
Amortização Acumulada	(686)	(356)	(6.487)	(7.529)
Valor líquido contábil	18	17	570	605

Saldo Inicial	18	17	570	605
Adições		2	250	252
Amortização	(8)	(4)	(66)	(78)
Saldo Final	10	15	754	779

Em 31 de dezembro de 2013

Custo	704	375	7.307	8.386
Amortização Acumulada	(694)	(360)	(6.553)	(7.607)
Valor líquido contábil	10	15	754	779

Consolidado	Direito e Uso	Softwares	Implantação ERP	Total
Vida Útil Estimada (anos)	5	5	5	

Em 31 de dezembro de 2011

Custo	682	373	6.541	7.596
Amortização Acumulada	(675)	(332)	(6.453)	(7.460)
Valor líquido contábil	7	41	88	136

Saldo Inicial	7	41	88	136
Adições	22		516	538
Amortização	(11)	(24)	(34)	(69)
Saldo Final	18	17	570	605

Em 31 de dezembro de 2012

Custo	704	373	7.057	8.134
Amortização Acumulada	(686)	(356)	(6.487)	(7.529)
Valor líquido contábil	18	17	570	605

Saldo Inicial	18	17	570	605
Adições		2	250	252
Amortização	(8)	(4)	(66)	(78)
Saldo Final	10	15	754	779

Em 31 de dezembro de 2013

Custo	704	375	7.307	8.386
Amortização Acumulada	(694)	(360)	(6.553)	(7.607)
Valor líquido contábil	10	15	754	779

O montante de amortização correspondente a R\$ 78 (R\$ 69 em 2012) foi registrado como “despesas administrativas”.

NOTA 14 - RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS (IMPAIRMENT)

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábil de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos, para determinar se estes ativos sofreram perdas por “impairment”.

Estes testes são realizados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A empresa realiza o teste de recuperabilidade para os ativos, sendo identificadas as seguintes perdas por “impairment”:

	Controladora			Consolidado		
	Contas a Receber	Estoques	Imobilizado	Contas a Receber	Estoques	Imobilizado
Em 31 de dezembro de 2012	(7.011)	(852)	(4.130)	(7.012)	(852)	(9.910)
Constituições (resultado)	(2.262)	(685)	(4.805)	(2.282)	(685)	(12.862)
Reversões (resultado)	382	834	-	400	834	-
Baixas contra provisões						
Em 31 de dezembro de 2013	(8.891)	(703)	(8.935)	(8.894)	(703)	(22.772)

As perdas estimadas nas contas a receber foram calculadas com base no histórico de perdas e títulos vencidos há mais de 180 dias.

Até 31/12/2013, R\$ 36 foram registrados no resultado como perda de itens obsoletos ou danificados (R\$ 7 até 31/12/2012), e R\$ 185 como reversão do ajuste a valor de mercado (R\$ 1.078 como reversão do ajuste a valor de mercado até 31/12/2012).

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia constituiu provisão para Impairment sobre estoques no montante de R\$ 703 (R\$ 852 em 31/12/2012).

NOTA 15 – FORNECEDORES E OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Contas a Pagar a Fornecedores	136.966	95.775	138.299	96.844
(-) Ajuste a valor presente	-	-	-	-
Contas a Pagar a Fornecedores	136.966	95.775	138.299	96.844
Obrigações Sociais e Trabalhistas	194.791	188.401	219.230	211.697
Obrigações Fiscais	181.767	171.635	200.802	189.758
Dívidas com Pessoas Ligadas (Nota 19)	13.359	10.544	16.597	10.544
Outras Contas a Pagar	74.256	63.659	70.982	60.779
Parcela Circulante	601.139	530.014	645.910	569.622
Contas a Pagar a Fornecedores	69.425	77.462	69.431	77.500
Obrigações Sociais e Trabalhistas	44.746	29.068	46.346	30.574
Obrigações Fiscais	966	759	1.154	1.077
Dívidas com pessoas ligadas (Nota 19)	48.170	47.994	-	-
Outras Contas a Pagar	5.026	-	5.026	-
Parcela Não Circulante	168.333	155.283	121.957	109.151
Total a Pagar a Fornecedores	206.391	173.237	207.730	174.344
Total de Outras Contas a Pagar	563.081	512.060	560.137	504.429
Total Geral	769.472	685.297	767.867	678.773

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Aging List Contas a Pagar				
Vencidos	126.795	86.632	128.096	87.655
A vencer em até 3 meses	3.363	3.657	3.371	3.664
A vencer entre 3 e 6 meses	2.572	1.399	2.580	1.421
A vencer de 6 meses a 1 ano	4.236	4.087	4.253	4.104
A vencer acima de 1 ano	69.425	77.462	69.430	77.500
Contas a Pagar a Fornecedores	206.391	173.237	207.730	174.344

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Contas a Pagar por Tipo de Moeda				
Reais	202.989	170.392	204.328	171.499
US\$	3.280	2.743	3.280	2.743
Euros	86	72	86	72
Franco Suíço	36	30	36	30
Contas a Pagar a Fornecedores	206.391	173.237	207.730	174.344

NOTA 16 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Circulante				
Capital de Giro	114.583	92.355	114.587	95.468
RAET	8.052	7.709	8.052	7.709
BRDE	3.864	3.471	3.864	3.471
FINEP	81.315	72.339	81.315	72.339
BNDES	26.701	23.754	26.701	23.754
Bancos Diversos	818	948	818	948
Debentures	16.823	13.892	16.823	13.892
	252.156	214.468	252.160	217.581
Não-Circulante				
Capital de Giro	6.443	6.163	6.443	6.163
Debentures	26.754	25.528	26.754	25.528
	33.197	31.691	33.197	31.691
Total de Empréstimos e Financiamentos	285.353	246.159	285.357	249.272

Taxas

Capital de Giro	CDI + 1,00%a.m. a 3,50% a.m.
RAET	TR + 6,0%a.a.
BRDE	TJLP + 7,0% a.a.
FINEP	TJLP + 5,5% a.a.
BNDES	INPC + 12%a.a.
Debêntures	INPC + 6%a.a.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Por Data de Vencimento				
Vencidos	203.545	177.157	203.549	180.270
Em até 6 meses	46.032	33.843	46.032	33.843
De 6 meses a 1 ano	2.579	3.468	2.579	3.468
De 1 a 2 anos	4.939	2.473	4.939	2.473
De 2 a 3 anos	5.550	2.402	5.550	2.402
De 3 a 4 anos	5.246	3.718	5.246	3.718
De 4 a 5 Anos	5.129	4.122	5.129	4.122
Acima de 5 anos	12.333	18.976	12.333	18.976
	285.353	246.159	285.357	249.272

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Por Tipo de Moeda				
Reais	285.353	243.438	285.357	246.551
US\$		2.721		2.721
	285.353	246.159	285.357	249.272

Em garantia aos empréstimos obtidos, foram concedidos avais e alienação de bens do ativo imobilizado no total de R\$ 262 milhões (R\$ 280 milhões em 2012).

NOTA 17 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Ativo	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
IRPJ - Crédito Tributário Diferido	-	-	-	-
CSLL - Crédito Tributário Diferido	-	-	-	-
IRPJ sobre diferenças temporárias	15.931	16.450	15.931	16.450
CSLL sobre diferenças temporárias	5.735	5.922	5.735	5.922
Total Ativo Não Circulante	21.666	22.372	21.666	22.372

Passivo	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Provisão IRPJ	-	-	5.315	5.060
Provisão CSLL	-	-	2.986	2.842
Total Passivo Circulante	-	-	8.301	7.902
IRPJ sobre diferenças temporárias	42.810	42.588	66.401	66.971
CSLL sobre diferenças temporárias	15.412	15.332	23.904	24.109
Total Passivo Não Circulante	58.222	57.920	90.305	91.080

17.1 Impostos Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras apurados em conformidade com o pronunciamento do IBRACON, aprovados pela Deliberação CVM nº 273 de 20/08/98 e Instrução CVM nº 371/02.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros aprovados pelo Conselho de Administração.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferido durante o exercício, é a seguinte:

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Controladora			
	Tributos Diferidos Ativos			
	Prejuízos Fiscais e Base Negativa		Diferenças Temporárias Provisões Leasing	
				Total
Em 31 de dezembro de 2012	-	22.371	1	22.372
Constituição dos Tributos				
Baixa dos Tributos		(706)		(706)
Em 31 de dezembro de 2013	-	21.665	1	21.666

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Controladora				
	Tributos Diferidos Passivos				
	Diferenças Temporárias				Total
	Res. Reav.	Leasing	Imob. Deemed	Imob. Vida Útil	
Em 31 de dezembro de 2012	28.895	6	14.682	14.337	57.920
Constituição dos Tributos				2.324	2.324
Baixa dos Tributos	(1.043)		(979)		(2.022)
Em 31 de dezembro de 2013	27.852	6	13.703	16.661	58.222

Controladora

	Tributos Diferidos Ativos					
	31/12/13			31/12/12		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Prejuízos Fiscais e Base Negativa	-	-	-	-	-	-
Provisões	15.930	5.735	21.665	16.449	5.922	22.371
AVP						
Leasing	1	-	1	1	-	1
	15.931	5.735	21.666	16.450	5.922	22.372

	Tributos Diferidos Passivos					
	31/12/13			31/12/12		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Reserva de Reavaliação	20.479	7.373	27.852	21.246	7.649	28.895
AVP						
Leasing	4	2	6	4	2	6
Imobilizado	22.327	8.037	30.364	21.337	7.682	29.019
	42.810	15.412	58.222	42.587	15.333	57.920

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Consolidado			
	Tributos Diferidos Ativos			
	Prejuízos Fiscais e Base Negativa	Diferenças Temporárias		Total
		Provisões	Leasing	
Em 31 de dezembro de 2012	-	22.371	1	22.372
Constituição dos Tributos				
Baixa dos Tributos		(706)		(706)
Em 31 de dezembro de 2013	-	21.665	1	21.666

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Consolidado				
	Tributos Diferidos Passivos				
	Diferenças Temporárias				Total
	Res. Reav.	Leasing	Imob. Deemed	Imob. Vida Útil	
Em 31 de dezembro de 2012	45.926	6	21.333	23.815	91.080
Constituição dos Tributos				3.724	3.724
Baixa dos Tributos	(2.658)		(1.841)		(4.499)
Em 31 de dezembro de 2013	43.268	6	19.492	27.539	90.305

Consolidado

	Tributos Diferidos Ativos					
	31/12/13			31/12/12		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Prejuízos Fiscais e Base Negativa	-	-	-	-	-	-
Provisões	15.930	5.735	21.665	16.449	5.922	22.371
AVP						
Leasing	1	-	1	1	-	1
	15.931	5.735	21.666	16.450	5.922	22.372

	Tributos Diferidos Passivos					
	31/12/13			31/12/12		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Reserva de Reavaliação	31.815	11.453	43.268	33.769	12.157	45.926
AVP						
Leasing	4	2	6	4	2	6
Imobilizado	34.582	12.449	47.031	33.197	11.951	45.148
	66.401	23.904	90.305	66.970	24.110	91.080

17.2 Despesas com Tributos sobre o Lucro

A seguir são apresentados os encargos com tributos sobre o lucro registrados no resultado dos períodos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Conciliação IRPJ/CSLL do Resultado				
Despesas com IRPJ/CSLL correntes		(11.605)		(11.872)
Realização IR/CS sobre diferenças temporárias - Reserva Reavaliação	-	-	392	393
Constituição IR/CS sobre diferenças temporárias - Leasing		(2)		(2)
Realização IR/CS sobre diferenças temporárias - Custo Atribuído	259	281	408	432
Constituição IR/CS sobre diferenças temporárias - Revisão Vida Útil	(2.324)	(2.670)	(3.722)	(4.668)
IRPJ/CSLL do Resultado do Período	(2.065)	(13.996)	(2.922)	(15.717)

NOTA 18 – PROVISÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Provisões	601.219	574.518	601.219	574.518
Provisão para Passivo Descoberto	81	66	-	-
Total das Provisões	601.300	574.584	601.219	574.518

18.1 Provisões para Contingências

A Companhia mantém provisões para contingências fiscais, cíveis, trabalhistas, e administrativas, cuja possibilidade de perda foi avaliada como de risco “provável” pelos assessores jurídicos externos. A Administração da Companhia prevê que a provisão para contingência constituída é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais.

Controladora	Previdenciárias		Despesas		Total
	Fiscais	e Trabalhistas	Cíveis	Administrativas	
Em 31 de dezembro de 2012	208.169	344.433	19.803	2.113	574.518
Constituída durante o período	3.707	11.022			14.729
Atualização	10.405	12.746	51		23.202
Reversão de provisões					
Provisões utilizadas		(11.230)			(11.230)
Em 31 de dezembro de 2013	222.281	356.971	19.854	2.113	601.219

	Previdenciárias		Despesas		Total
	Fiscais	e Trabalhistas	Cíveis	Administrativas	
Parcela de Curto Prazo	43.914	339.903			383.817
Parcela de Longo Prazo	164.255	4.530	19.803	2.113	190.701
Em 31 de dezembro de 2012	208.169	344.433	19.803	2.113	574.518
Parcela de Curto Prazo	45.156	351.585			396.741
Parcela de Longo Prazo	177.125	5.386	19.854	2.113	204.478
Em 31 de dezembro de 2013	222.281	356.971	19.854	2.113	601.219

Consolidado	Previdenciárias		Despesas		Total
	Fiscais	e Trabalhistas	Cíveis	Administrativas	
Em 31 de dezembro de 2012	208.169	344.433	19.803	2.113	574.518
Constituída durante o período	3.707	11.022			14.729
Atualização	10.405	12.746	51		23.202
Reversão de provisões					
Provisões utilizadas		(11.230)			(11.230)
Em 31 de dezembro de 2013	222.281	356.971	19.854	2.113	601.219

	Previdenciárias		Despesas		Total
	Fiscais	e Trabalhistas	Cíveis	Administrativas	
Parcela de Curto Prazo	43.914	339.903			383.817
Parcela de Longo Prazo	164.255	4.530	19.803	2.113	190.701
Em 31 de dezembro de 2012	208.169	344.433	19.803	2.113	574.518
Parcela de Curto Prazo	45.156	351.585			396.741
Parcela de Longo Prazo	177.125	5.386	19.854	2.113	204.478
Em 31 de dezembro de 2013	222.281	356.971	19.854	2.113	601.219

- a) A Companhia esta respondendo processo de ação de execução na vara Cível movida pelo FINEP, no qual o objeto da Ação se refere a cédula de Crédito Industrial número 73.97.0362.00 no valor de R\$ 19.528.129 (dezenove milhões, quinhentos e vinte e oito mil, cento e vinte e nove reais). Em 29 de outubro de 2012 a Financiadora de Estudos e Projetos FINEP enviou carta de resposta ao Senhor Administrador Judicial na qual afirma que o valor do débito é da ordem de R\$ 70.730.464 (setenta milhões, setecentos e trinta mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais).
- b) A Companhia responde processo de ação de execução na vara Cível movida pelo Banco Banesprev, em 15 de dezembro de 2006 as partes firmaram acordo, suspendendo a ação de execução existente, nos seguintes termos: A Cia confessou dever o valor da ação de execução e o Banesprev aceitou receber 50% do valor para liquidar a dívida ou seja R\$ 5.373.307 (cinco milhões trezentos e setenta e três mil e trezentos e sete reais). Em 18 de fevereiro de 2013 o Fundo Banespa de Seguridade Social Banesprev enviou carta de resposta ao Senhor Administrador Judicial na qual afirma que o valor do débito é da ordem de R\$ 5.798.325 (cinco milhões, setecentos e noventa e oito mil, trezentos e vinte e cinco reais).
- c) A Companhia está respondendo processo de ação de execução na vara Cível movida pelo Banco Nacional S.A., no qual o objeto da Ação se refere a acordo judicial formalizado nos autos da ação de busca e apreensão movida pelo Banco Nacional. O saldo acordado no referido acordo perfazia o montante de R\$ 34.547.704 (trinta e quatro milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, e setecentos e quatro reais). A perícia contábil foi favorável e a jurisprudência consolidada do STJ também é favorável a tese da empresa Teka. Para este processo a possibilidade de perda foi avaliada como de risco "remota" pelos assessores jurídicos externos.

- d) A Companhia está respondendo processo de ação de execução na vara Cível movida pelo Banco Brascan S.A., no qual o objeto da Ação refere-se a confissão de dívida (Contrato número SP 23.06.01/2003 - assinado em 23.06.2003). O saldo acordado no referido acordo perfazia o montante de R\$ 9.879.952 (nove milhões, oitocentos e setenta e nove mil, novecentos e cinquenta e dois reais). Em 28 de dezembro de 2012 o Banco Brascan S/A enviou carta de resposta ao Senhor Administrador Judicial na qual afirma que o valor do débito é da ordem de R\$ 34.732.949 (trinta e quatro milhões, setecentos e trinta e dois mil, novecentos e quarenta e nove reais).
- e) A Companhia está respondendo ainda processo de ação de execução na vara Cível movida pelo Banco Badesc S.A., no qual o objeto da Ação se refere a cédula de Crédito Industrial Badesc.BNDEs.Exim Pré embarque especial 010282-00-9 no valor de R\$ 5.047.000 (cinco milhões, e quarenta e sete mil reais). Para este processo a possibilidade de perda foi avaliada como remota em relação a integralidade da dívida e provável em relação a diferença do saldo discutido. O Banco Badesc S.A. não apresentou carta de resposta ao Senhor Administrador Judicial.

Adicionalmente às provisões registradas existem outros passivos contingentes, no montante de R\$ 551.209.451 (quinhentos e cinquenta e um milhões, duzentos e nove mil, quatrocentos e cinquenta e um reais), cuja possibilidade de perda, avaliada pelos assessores jurídicos não exige constituição de provisão.

Contingências ativas

Amparada na opinião de seus consultores legais, a Companhia vem pleiteando judicialmente a recuperação de certos créditos tributários, que entende ter direito, todavia, esses créditos não se encontram reconhecidos nos registros contábeis.

Os principais temas fiscais pleiteados, para alguns dos quais há decisões favoráveis nas instâncias iniciais, e que não se encontram registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2013, nem tampouco para os quais foram efetuadas quaisquer compensações e/ou registros contábeis são:

INSS/SAT/Salário Educação - Imunidade	151.998
PIS e COFINS sobre ICMS	55.720
Créditos de INSS/FGTS	44.913
Eletrobrás	41.804
	<hr/>
	294.435

18.2 Provisões para Passivo a Descoberto

Em 31 de dezembro de 2012	66
Equivalência patrimonial:	
<i>Participação nos resultados</i>	
<i>Participação no Patrimônio</i>	
<i>Ganhos ou perdas de capital</i>	
Ajustes Acumulados de Conversão	13
Baixa de Investimentos	2
Dividendos recebidos	
Em 31 de dezembro de 2013	81

Nome	País	Ativos	Passivos	Patrimônio		Receita Bruta	Resultado	% de
				Líquido				Participação
Em 31 de dezembro de 2012								
Teka Europalager	Alemanha	18	84	(66)		-	(2)	100,0000%
		18	84	(66)		-	(2)	
Em 31 de dezembro de 2013								
Teka Europalager	Alemanha	19	94	(81)		-	(2)	100,0000%
		19	94	(81)			(2)	

NOTA 19 - PARTES RELACIONADAS

19.1 Transações com Partes Relacionadas

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

	Ativo Circulante		Ativo Não Circulante		Encargos
	Mútuos		Mútuos		
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12	
Cerro Azul Part. E Adm. Ltda.	-	-	-	-	-
Teka Têxtil	-	-	1	-	
Tecelagem Kuehnrich	-	-	3	4	-
Teka Europalager	-	-	5	4	-
Teka Paraguay	-	-	13	-	
	-	-	22	8	

	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante		
	Mútuos		Mútuos		
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12	Encargos
Cerro Azul Part. E Adm. Ltda.	-	-	4.391	4.095	-
Teka Fiação Ltda.	-	-	43.779	43.899	-
Monte Claro Part. Serv. Ltda.	11.614	9.637	-	-	103 % CDI
Cell Participação e Adm.Ltda	1.695	860	-	-	103 % CDI
RMMF Particip. Ltda.	50	47	-	-	103 % CDI
	13.359	10.544	48.170	47.994	

As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições usuais de mercado.

19.2 Remuneração do Pessoal Chave da Administração

Conforme estabelecido e aprovado nas atas, para 2013 foi atribuída à remuneração dos administradores, a seguir descritas, conforme atendimento ao CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Remuneração de Conselheiros e Diretores	3.216	3.261	3.216	3.261
	3.216	3.261	3.216	3.261

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros de Administração e Fiscal, e Diretores.

NOTA 20 – DESPESAS DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Salários	40.689	56.814	40.689	62.287
13º. Salário	3.434	4.482	3.434	4.909
Férias	3.561	3.758	3.561	4.122
Vale-Transporte	463	798	463	843
Custos previdenciários e FGTS	7.973	10.790	7.973	12.857
Outros benefícios	95	144	95	165
	56.215	76.786	56.215	85.183

NOTA 21 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

a) Capital Social

O Capital Social é formado de 50.315.540 ações, sendo 16.791.495 ações ordinárias e 33.524.045 ações preferenciais, todas sem valor nominal, num montante de R\$ 21.945.

As ações preferenciais não terão direito a voto nas deliberações das Assembléias Gerais, sendo conferidas as seguintes vantagens:

- a) Prioridade no reembolso de capital no caso de liquidação da sociedade;
- b) Dividendo 10% maior do que o atribuído às ações ordinárias.

NOTA 22 - RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas.

Resultado por Ação	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Numerador				
Resultado Líquido do exercício atribuído aos acionistas da companhia				
Resultado atribuível aos detentores de ações preferenciais	(103.189)	67.735	(103.189)	67.733
Resultado atribuível aos detentores de ações ordinárias	(51.684)	33.926	(51.684)	33.925
	(154.873)	101.661	(154.873)	101.658
Denominador (em milhares de ações)				
Quantidade de ações preferenciais emitidas	33.524	33.524	33.524	33.524
Quantidade de ações ordinárias emitidas	16.791	16.791	16.791	16.791
Total	50.315	50.315	50.315	50.315
Resultado básico e diluído por ação (em Reais)				
Ação preferencial	(3,07807)	2,02049	(3,07807)	2,02043
Ação ordinária	(3,07807)	2,02049	(3,07807)	2,02043

NOTA 23 – RECEITAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Vendas Mercado Interno	131.641	217.084	131.715	217.210
Vendas Mercado Externo	9.718	14.985	9.718	14.985
Receita Operacional Bruta	141.359	232.069	141.433	232.195
(-) Impostos Sobre Venda	(26.831)	(45.921)	(26.839)	(45.956)
Receita Operacional Líquida	114.528	186.148	114.594	186.239

NOTA 24 – RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Despesas Financeiras				
Atualização Monetária	(53.243)	(107.534)	(55.636)	(113.363)
Encargos Financeiros	(60.087)	(58.451)	(60.615)	(59.748)
Variação Cambial	(1.037)	(616)	(1.037)	(630)
AVP Fornecedores	-	-	-	-
Juros Leasing	-	-	-	-
Outras Despesas Financeiras	(4.093)	(7.135)	(4.180)	(7.194)
Total Despesas Financeiras	(118.460)	(173.736)	(121.468)	(180.935)
Receitas Financeiras				
Juros s/Duplicatas	194	605	194	605
AVP Clientes	-	-	-	-
Variação Cambial	196	200	196	200
Outras Receitas Financeiras	21.546	9.405	21.639	9.431
Total Receitas Financeiras	21.936	10.210	22.029	10.236
Resultado Financeiro Líquido	(96.524)	(163.526)	(99.439)	(170.699)

NOTA 25 – OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Receitas operacionais				
Crédito PIS/COFINS	3.170	4.871	3.170	4.871
Crédito ICMS	562	7.848	562	7.848
Aproveitamento Créd.Prej.Fiscais	2.016	414.619	2.016	414.619
Outras Receitas	391	2.164	947	2.110
	6.139	429.502	6.695	429.448
Despesas operacionais				
Provisão para contingências	(3.705)	(12.852)	(3.705)	(12.852)
Provisão prestação de serviços	-	(40.904)	-	(40.904)
Ajuste a valor recuperável dos estoques	149	1.071	149	1.170
Ajuste Ociosidade	(33.025)	(32.412)	(33.025)	(32.412)
Outras despesas	(19.331)	(47.569)	(22.814)	(47.779)
	(55.912)	(132.666)	(59.395)	(132.777)

NOTA 26 - DESPESAS POR NATUREZA

De acordo com o requerido pelo CPC 26, segue demonstração do resultado por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Depreciação e amortização	5.185	5.395	7.985	8.200
Despesas com folha de pagamento	58.874	79.128	58.874	87.458
Matéria-Prima e materiais gerais	43.553	56.860	43.553	57.499
Frete, comissões e demais despesas variáveis	12.804	28.082	12.804	28.158
Resultado de Equivalência Patrimonial	9.574	15.728	-	-
Financeiras Líquidas	96.524	163.526	99.439	170.699
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	42.887	(264.232)	46.812	(267.433)
	269.401	84.487	269.467	84.581

Classificadas como

Custos dos produtos vendidos	76.712	134.667	79.504	140.543
Despesas com vendas	19.699	38.606	19.809	38.749
Despesas gerais e administrativas	15.054	14.800	15.093	15.544
Despesas/receitas financeiras	96.524	163.526	99.439	170.699
Equivalência patrimonial	9.574	15.728	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	51.838	(282.840)	55.622	(280.954)
	269.401	84.487	269.467	84.581

NOTA 27 – COBERTURA DE SEGUROS

A Administração teve dificuldades em negociar a renovação do seguro patrimonial. O valor da contratação do novo seguro foi 125 % maior do que apresentado no ano anterior, porém a Administração continua na busca da renovação a preços adequados, face a situação financeira atual, já que se encontra em Recuperação Judicial.

NOTA 28 - CRITÉRIOS DE DEFINIÇÃO DO VALOR JUSTO

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

O valor justo é obtido com base nos preços cotados em mercado ativo.

b) Ativos e passivos de longo prazo e de curto prazo quando relevantes

Avaliados a valor presente. Para desconto é utilizado o método pró-rata dia. A empresa elegeu a taxa CDI como taxa de desconto a valor presente de suas operações ativas e passivas no curto prazo e longo prazo, por considerar que estas taxas e índices refletem juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados às transações, levando-se em consideração, ainda, as taxas de mercado praticadas na data inicial das transações, e a relação custo-benefício da informação apresentada.

c) Estoques

Valor de mercado com base em operações correntes.

d) Ativos imobilizados e intangíveis

Valor de mercado com base em transações recentes para itens semelhantes, obtidos junto especialistas independentes.